



Comissão de Saúde

Informação

Projeto de Resolução n.º 27/XIII (1.ª)

PCP

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 27 de abril de 2016

Pela resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus e em defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projeto de Resolução (PJR) n.º 27/XIII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 30 de novembro de 2015, tendo sido admitida a 1 de dezembro de 2015, data em que baixou à Comissão de Saúde.

3. A discussão do Projeto de Resolução (PJR) n.º 27/XIII (1.ª) ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR, que tem por objeto a *«resolução urgente dos problemas do Hospital de S. João de Deus»* e a *«defesa da melhoria dos cuidados de saúde no concelho de Vila Nova de Famalicão»*, referindo que o Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA), que é o resultado da fusão destes dois hospitais e tem uma área de influência de três concelhos, vivencia um período de incerteza e instabilidade desde o anúncio da *«devolução»* da unidade de S. Tirso à Misericórdia. Apresenta, designadamente, uma situação crítica em matéria de recursos humanos e *«elevada obsolescência dos equipamentos»*, tem sido objeto de redução de camas e registou em 2014 uma quebra significativa nas consultas em várias especialidades e diminuição da atividade cirúrgica programada. O PCP defende que *«na prática, o processo de devolução dos hospitais para as misericórdias constituiu um processo de privatização encapotado»*, e que só a sua gestão pública cumpre os princípios constitucionais. Entende também que deve ser revogada a Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril, que procedeu à *«desqualificação da esmagadora maioria dos hospitais»*, reduzindo serviços, valências, especialidades e profissionais de saúde. Em conclusão, o PCP recomenda que sejam reforçados os serviços e valências na área abrangida pelo CHMA, que este seja dotado dos meios financeiros e técnicos adequados e que sejam contratados os profissionais de saúde em falta. Para além disso, recomenda que sejam realizadas obras de remodelação no Hospital S. João de Deus e que se acabe com a precariedade dos profissionais que ali estão a exercer funções,



Comissão de Saúde

restabelecendo o seu vínculo público, e ainda que sejam repostas as camas que foram suprimidas e que são necessárias à prestação de cuidados de saúde com qualidade.

O Deputado João Paulo Oliveira disse que é utente do Hospital de Vila Nova de Famalicão, que integra o Centro Hospitalar do Médio Ave, tendo feito o historial da prestação de cuidados de saúde naquela zona. Contestou os dados e os números apresentados pelo PCP, que em sua opinião não correspondem à verdade, designadamente quanto ao problema se ter agravado a partir de 2011, à diminuição do número de cirurgias, de consultas e de camas. No que se refere aos recursos profissionais, disse que o PCP, para não melindrar o PS, desvaloriza, por exemplo, o aumento do número de médicos, ocorrido na altura do Governo anterior. A terminar, salientou que ainda há muito a fazer, mais propriamente no reforço dos meios humanos, e que não se entende como se compagina isso com o facto de o Orçamento do Estado para 2016 prever cortes de 90 milhões de euros para os hospitais.

A Deputada Maria Augusta Santos agradeceu a oportunidade de intervir nesta Comissão. Referiu ser utente do CHMA e residente em Famalicão, pelo que tem conhecimento da situação dos Hospitais de Vila Nova de Famalicão e de Santo Tirso. Considera que as condições do CHMA se têm degradado ao longo dos últimos anos, nomeadamente quanto ao equipamento existente, que não tem sido alvo de melhoria bem como se tem agravado a falta de recursos humanos, quer de médicos, quer de assistentes operacionais. Reconheceu a carga imensa que os profissionais de saúde têm para dar a melhor resposta aos utentes e tem esperança no empenho do Governo na melhoria da prestação de cuidados de saúde no CHMA.

O Deputado Pedro Soares recordou que o Centro Hospitalar do Médio Ave, que já esteve para ser desarticulado, com a entrega do Hospital de Santo Tirso à misericórdia, serve uma população de 200 mil utentes. Salientou que naquela região pululam todos os dias ofertas de serviços de saúde no setor privado, à medida que os serviços públicos se degradam, o que seria interessante aprofundar, mas o que interessa é melhorar o acesso aos cuidados de saúde. Assim, tendo em conta a diminuição da oferta do número de camas e do número de cirurgias, assim como a escassez de recursos humanos e da degradação das instalações, o BE concorda com as recomendações previstas neste Projeto de Resolução.

A Deputada Isabel Galriça Neto considerou que a reorganização dos serviços hospitalares deve ter como pressuposto a melhoria dos serviços de saúde aos utentes.

Comissão de Saúde

É evidente que existem problemas, mas lembrou que o anterior Governo também conseguiu melhorias nos rácios. Entende que se deve melhorar a prestação de cuidados de saúde na região, mas a dificuldade de contratação de médicos não ajuda. Concorda que nem tudo está bem no Médio Ave, interrogando-se sobre se será possível a sua melhoria com os cortes orçamentais para as instituições, mas cá estará para acompanhar.

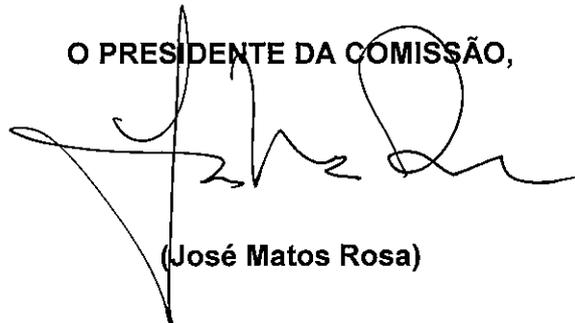
A Deputada Carla Cruz concluiu registando que as opções políticas foram de sucessivos governos e que os dados referidos constam do relatório e contas daquele Centro Hospitalar de 2014.

4. O Projeto de Resolução n.º 27/XIII (1.ª) PCP foi objeto de discussão na Comissão de Saúde, em reunião de 27 de abril de 2016.

5. A informação relativa à discussão do PJR 27/XIII (1.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 27 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José Matos Rosa)